FÁBRICA CARIOCA DE CATALISADORES S/A

CNPJ 28.944.734/0001-48

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO REFERENTE ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2023

Com o passar do ano de 2022 e ao se adentrar ao ano de 2023, a FCCSA vem ampliando esforços para garantir o fornecimento de catalisadores e aditivos aos seus clientes cuja demanda vem crescendo consideravelmente mesmo após o aumento dos custos de matérias primas e itens intermediários de produção no ano de 2022, o ano de 2023 foi um período de estabilização e redução de alguns insumos e assim a empresa tem se empenhado em cumprir os seus acordos comerciais. O ano em geral, e o terceiro trimestre de 2023, em particular, foi marcado pela expansão do mercado interno acompanhada por uma contínua elevação da massa de rendimentos do trabalho ampliada por benefícios sociais, e na elevada contribuição do consumo das famílias ao PIB. O crescimento do consumo interno foi canalizado para serviços, levando que o setor contribuísse significativamente para o resultado do PIB. Notórios também foram o desempenho do setor agropecuário (materializada na supersafra agrícola) e a expansão acima do esperado da produção do petróleo, que criaram as condições necessárias para o Brasil conquistar novos mercados no exterior. Por outro lado, a indústria de transformação de forma geral apresentou quadro de contínua estagnação. A queda na produção mesmo num cenário de crescimento da demanda pode ser atribuída, em parte, ao aumento da importação de bens duráveis e semiduráveis. A atuação por parte do BNDES, com elevada aprovação de financiamentos em infraestrutura, os programas do governo federal e locais de obras públicas e de facilitação do crédito, com sistema de garantias, além da trajetória de queda prevista para a taxa de juros Selic e na ponta do crédito, tornam o cenário para o crescimento dos investimentos mais favorável em 2024. Quanto aos preços domésticos, a inflação oficial do país, medida pelo IPCA, acumulou alta de 4,62% em 2023 e encerrou dentro do intervalo da meta estipulada pelo Banco Central. Outro ponto que recebeu um destaque especial no último mês foi a expectativa com relação a melhora na nota de rating do país pela agência S&P, que passou de BB- para BB por conta da forte posição externa e do quadro institucional direcionado para formulação e aprovação de políticas estáveis. Com isso o Brasil se encontra apenas dois degraus de retornar ao patamar de países reconhecidos como grau de investimento, que poderia ampliar o leque dos investidores com estratégicas de longo prazo. No âmbito fiscal, a implementação das recentes regras aprovadas pelo arcabouço fiscal no ano passado, que vincula o crescimento das despesas em função do crescimento das receitas, requer cautela sobre o endividamento público ao longo de 2024. Para o atingimento da meta de estabilidade (déficit zero) do resultado primário do governo central neste ano, o Executivo deverá buscar receitas adicionais próximas de R$ 170 bilhões. Nesse sentido, o sucesso desse objetivo estará ligado diretamente aos avanços na agenda econômica pautada na coordenação entre Executivo e Legislativo, podendo ser impactada pela agenda política do segundo semestre devido às eleições municipais. Outro ponto de elevada importância estará ligado às discussões sobre definições de leis complementares e detalhamentos na implementação da reforma tributária aprovada ao final de 2023 e as novas etapas dessa reforma, em especial, na tributação sobre a renda. O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central decidiu, em reunião ao final do ano de 2023, reduzir a taxa básica de juros, a taxa Selic, em 0,5 ponto percentual, de 12,25% ao ano para 11,75% ao ano. Este foi o quarto corte seguido na taxa básica de juros, que começou a recuar em agosto de 2023. No comunicado divulgado após o encontro, o comitê voltou a sinalizar que poderá cortar novamente a Selic neste mesmo patamar, 0,5 ponto percentual nos próximos encontros. A decisão foi unânime. *Alguns fatos marcaram o ano de 2023 da FCCSA, dentre eles podemos destacar:* Realizamos 17 dias de parada no mês de maio e 30 dias de parada para manutenção de nosso parque fabril, entre os meses de outubro e novembro de 2023. Em 2023 pagamos dividendos aos nossos acionistas no valor de R$ 108,7 milhões, sendo R$ 81,7 milhões referente ao saldo da reserva de dividendos propostos do ano de 2022 mais dividendos antecipados referente ao lucro apurado entre os meses de janeiro a maio de 2023, no valor de R$ 27 milhões. Durante o ano de 2023 focamos em campanhas de saúde e segurança no trabalho com nossos colaboradores e terceiros, demonstrando que segurança é mais do que alcançar uma meta, é Valor e respeito a Vida. Ações de voluntariado estiveram em ação durante o ano de 2023, onde consolidamos o programa "corrente do bem" com a ajuda a creches e escolas da localidade. O patrocínio a projetos sociais, via lei de incentivo fiscal destina recursos, por meio do edital público "Catalisar", à projetos que contribuam para o desenvolvimento das comunidades em situação de vulnerabilidade. Com isso, reforça a marca e estreita o relacionamento com a sociedade. São priorizados projetos com base no fomento a mudanças sociais e de continuidade, ações educacionais, capacitação ou de geração de renda e conscientização ambiental. A FCC S.A. manteve foco em segurança, saúde, meio-ambiente tendo como Missão o fornecimento de catalisadores, aditivos e soluções para as indústrias de petróleo e química de forma rentável e com a Visão de ser uma empresa reconhecida como de alta tecnologia, líder nos mercados onde atua, de forma ética, rentável, competitiva, ambientalmente correta e socialmente responsável. Superamos as metas de qualidade com o atendimento a todas as especificações dos nossos produtos, bem como completamos quatorze anos de efluentes líquidos especificados a 100%, o que demonstra nossa responsabilidade com o meio ambiente, bem como, com nossos clientes. A receita líquida do ano de 2023 fechou em R$ 640 milhões, 1 % maior que no ano anterior. A produção total de catalisadores e aditivos fechou o ano de 2023 em 31.297 tbs. Ações de pesquisa e desenvolvimento seguem na linha da criação de aditivos e reformulações de catalisadores buscando aumentar a performance das refinarias e/ou atender requisitos legais. O lucro líquido foi de R$ 103 milhões, contra R$ 82 milhões em 2022, um acréscimo de 26 %, impulsionado principalmente por recuperações tributárias. Geramos um Ebitda de 170 milhões em 2023 e 134 milhões em 2022. Possuímos um contrato de longo prazo com a Petrobras para fornecimento de catalisadores e aditivos durante o prazo de 10 anos, assinado em 2015, o que permite a FCC S/A planejar seus negócios e investimentos a médio e longo prazo. Na mesma linha, iniciamos o fornecimento de catalisadores e aditivos para Refinaria Mataripe S.A. com contrato até o ano de 2027 e embarques para a Albemarle, cuja demanda se estenderá para o ano de 2024. Ganhamos a licitação com a Refinaria de Talara no Peru, com contrato de fornecimento previsto para até o ano de 2026. Renovamos em 2023 os contratos de fornecimento com os refinadores Ancap no Uruguai até o ano de 2025 e Raízen na Argentina até o ano de 2026. O presente Relatório da Administração, relativo ao ano de 2023, cumpre a exigência da Lei nº 6.404/76, sendo publicado conjuntamente com as Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. Este relatório reflete a realidade da Sociedade e as informações nele contidas são de inteira responsabilidade de seus administradores. **Aos Administradores da FCC S.A**.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	Nota	2023	2022
Receita operacional líquida	22	639.825	633.466
Custo dos produtos vendidos	23	(432.115)	(447.139)
Lucro bruto		207.710	186.327
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	23	(89.149)	(88.912)
Outras (despesas) receitas, líquidas	24	9.535	3.749
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras, líquida e impostos		128.096	101.164
Despesas financeiras	25	(16.700)	(7.019)
Receitas financeiras	25	11.529	8.680
Variações monetárias, líquidas	25	(1.733)	(5.091)
Resultado financeiro, líquido		(6.904)	(3.430)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	7(d)	121.192	97.734
Imposto de renda e contribuição social	7(d)		
Corrente		(18.457)	(23.395)
Diferido		359	7.346
Lucro líquido do exercício		103.094	81.685
Lucro líquido do exercício por lote de mil ações - Básico e diluído em R$		205	163

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	103.094	81.685
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente do exercício	103.094	81.685

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	2023	2022
Lucro líquido do exercício		**103.094**	**81.685**
Ajustes			
Provisão para crédito e liquidação duvidosa	5	323	–
Depreciação e amortização	10 e 11	15.126	14.920
Amortização de direito de uso	9	16.976	15.761
Provisão de imposto de renda e da contribuição social corrente		18.457	23.395
Provisão para processos judiciais		448	476
Baixa de ativo imobilizado e intangível		95	(163)
Impostos diferidos		(359)	(7.346)
Obrigações com custos industriais e outros		4.639	(596)
Variações cambiais, monetárias e encargos financeiros não realizadas e outras		12.807	7.302
		171.606	135.434
(Aumento) redução em ativos			
Contas a receber de clientes		(9.994)	1.279
Estoques		(64)	(33.284)
Impostos a recuperar		21.374	486
Depósitos judiciais e outros		(5.667)	(934)
Outros ativos circulantes		(5.286)	(739)
		40	(33.192)
Aumento (redução) em passivos			
Fornecedores		(4.866)	11.186
Provisão para férias, salários e encargos sociais		5.378	(1.348)
Impostos e contribuições a recolher		11.261	3.226
Contas a pagar de materiais e serviços		(11.085)	4.652
		688	17.716
Caixa líquido proveniente das operações		172.334	119.958
Imposto de renda e contribuição social pagos		(27.174)	(34.230)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		145.160	85.728
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Receita na venda de ativo imobilizado		–	181
Aumento do imobilizado, intangível e direito de uso	9,10 e 11	(33.913)	(24.464)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos		(33.913)	(24.283)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de dividendos	21c	(108.763)	(96.610)
Empréstimos tomados		206.791	59.260
Pagamento de empréstimos		(143.014)	(25.002)
Amortizações de arrendamento	20	(26.008)	(18.750)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento		(70.994)	(81.102)
Redução do caixa e equivalentes de caixa no exercício		40.253	(19.657)
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa:			
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		18.958	41.011
Efeito da variação cambial do caixa e equivalentes de caixa		1.437	2.396
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		57.774	18.958
Redução do caixa e equivalentes de caixa no exercício		40.253	(19.657)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	57.774	18.958
Contas a receber	5	83.470	71.461
Estoques	6	112.767	112.703
Impostos a recuperar	7(a)	27.513	32.734
Outros ativos circulantes	8	9.768	4.482
		291.292	240.338
Não circulante			
Depósitos judiciais	16	2.005	7.461
Créditos precatoriais	15	10.784	–
Impostos a recuperar	7(a)	40.712	58.909
Direito de uso	9	4.251	14.291
Imobilizado	10	145.366	118.239
Intangível	11	1.891	1.840
		205.009	200.740
Total do ativo		**496.301**	**441.078**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	2023	2022
Circulante			
Fornecedores	13	18.688	23.387
Empréstimos e financiamentos	14	40.829	60.346
Férias, salários e encargos sociais		13.535	8.157
Imposto de renda, contribuição social e outros impostos a recolher	7(b)	461	461
Dividendos propostos a pagar	21(c)	–	20.421
Obrigações com custos industriais e outros	18	14.013	11.103
Contas a pagar de materiais e serviços	19	16.712	26.084
Passivo de arrendamento	20(a)	2.450	10.836
		106.688	160.795
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	14	94.132	–
Provisão para processos judiciais	16	2.442	1.980
Impostos diferidos	7(c)	9.091	7.708
Imposto de renda, contribuição social e outros impostos a recolher	7(b)	2.349	1.547
Passivo de arrendamento	20(b)	864	3.065
		108.878	14.300
Patrimônio líquido	21		
Capital social	21(a)	145.000	145.000
Reserva legal	21(b)	29.000	29.000
Reserva de reinvestimentos	21(d)	30.719	30.719
Reserva para dividendo adicional proposto	21(c)	76.016	61.264
		280.735	265.983
Total do passivo e patrimônio líquido		**496.301**	**441.078**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais)

			Reservas de lucros				
	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de reinvestimentos	Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	21a	145.000	29.000	30.719	96.610	–	**301.329**
Pagamento de dividendo adicional proposto de exercícios anteriores		–	–	–	(96.610)	–	(96.610)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	81.685	81.685
Destinações:							
Dividendo proposto		–	–	–	–	(20.421)	(20.421)
Dividendo adicional proposto	21c	–	–	–	61.264	(61.264)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	21a	145.000	29.000	30.719	61.264	–	265.983
Pagamento de dividendo adicional proposto de exercícios anteriores		–	–	–	(61.264)	–	(61.264)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	103.094	103.094
Destinações:							
Dividendo antecipado		–	–	–	–	(27.078)	(27.078)
Dividendo adicional proposto	21c	–	–	–	76.016	(76.016)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023	21a	145.000	29.000	30.719	76.016	–	280.735

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

1. Contexto operacional: A Fábrica Carioca de Catalisadores S.A. ("Sociedade") é uma Sociedade Anônima de capital fechado, cujo objetivo é desenvolver, produzir, comercializar, importar e exportar catalisadores e produtos afins. O parque industrial, localizado no Distrito Industrial de Santa Cruz, no Estado do Rio de Janeiro, possui capacidade para atender a demanda nacional e a do mercado externo de sua influência. Conforme detalhado na nota explicativa nº 12, a Sociedade realiza a maioria de suas transações relevantes com uma de suas acionistas, a Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras, sendo seu plano de negócios significativamente influenciado por conta das referidas operações. Portanto, estas demonstrações contábeis devem ser lidas neste contexto. A Sociedade também possui participação da Albemarle Brazil Holdings Ltda, formando um empreendimento controlado em conjunto entre ambos acionistas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 houve redução nas vendas para a Albemarle Corporation se comparadas com o ano de 2022. A composição acionária encontra-se descrita na nota explicativa nº 20. **2. Políticas Contábeis:** a) Declaração de conformidade às práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). As quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na elaboração das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia. Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo, e assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 23 de Fevereiro de 2024. b) Base de mensuração. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. c) Moeda funcional e de apresentação. Os itens incluídos nas informações contábeis intermediárias são mensurados pela moeda funcional da Companhia que é o Real (R$) e foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. d) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas. A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados. Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas. As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: i) *Imposto de renda, contribuição social e outros impostos.* A Sociedade está sujeita ao imposto sobre a renda. É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda. Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. A Sociedade também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado. As políticas encontram-se mais detalhadas na nota explicativa nº 3(k). ii) *Benefícios de planos de pensão.* O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão. A Sociedade determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Esta é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada. As políticas encontram-se mais detalhadas na nota explicativa nº 3(g). iii) *Provisões para contingências judiciais.* Em consonância com o CPC 25, uma provisão contingente só é reconhecida quando a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado em que seja provável que será necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação e, finalmente, quando seu valor possa ser razoavelmente confiável. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida. **3. Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. a) Moeda estrangeira. Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. **3.1. Instrumentos financeiros.** Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. i) Ativos financeiros. a) *Classificação e mensuração. Reconhecimento inicial e mensuração* - são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento. As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se comprometeu a comprar ou vender o ativo. Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Mensuração subsequente - para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia avalia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas especificas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado. Segue abaixo resumo da classificação e mensuração - CPC 48: **Classificação e Mensuração - CPC 48:** Ativos financeiros a custo amortizado - Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado. Ativos financeiros mensurados a VJR - Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. Instrumentos de dívida ao VJORA - Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado. Instrumentos patrimoniais ao VJORA - Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado. *Avaliação do modelo de negócio.* A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros. Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor do custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (baseados na performance de um ativo). *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros.* A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 26/03/2024

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/03/26/FABRICACARIOCA1575094026032024.pdf

Hash:17113794028cdd180b382a40feaebcfb0018429024

FÁBRICA CARIOCA DE CATALISADORES S/A

CNPJ 28.944.734/0001-48

instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que se espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência. b) Passivos financeiros. São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2023, compreendem saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar. *Reconhecimento inicial e mensuração* - os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. *Mensuração subsequente* - a mensuração de passivos financeiros é como segue: *Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado* - passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado. *Passivos financeiros ao custo amortizado* - após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros. *Desreconhecimento*: um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. *Compensação de instrumentos financeiros*. Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. *Caixa e equivalentes de caixa*. O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação. *Capital social*. Todo o capital social é representado por ações ordinárias as quais são classificadas no patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definidos em estatuto são reconhecidos como passivo. Já os dividendos adicionais propostos são reconhecidos no patrimônio líquido e distribuídos aos sócios mediante aprovação formal requerida pelos instrumentos legais da Sociedade. Mais detalhes estão evidenciados na nota explicativa nº 20. c) Imobilizado. Os itens do imobilizado são mensuráveis pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção, inclusive juros e demais encargos financeiros capitalizados. A planta industrial é destinada ao processamento de produtos químicos, altamente agressivos, o que requer uma manutenção permanente e planejada, cujo custo vai diretamente ao resultado do exercício ou é ativado quando aumenta a vida útil e econômica dos bens. A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens com os respectivos valores residuais. Terrenos e obras em andamento não são depreciados, edifícios são depreciados em 25 anos, máquinas, equipamentos e instalações são depreciados entre 5 e 10 anos e outros imobilizados são depreciados entre 5 e 10 anos. O valor recuperável do ativo imobilizado é testado sempre que eventos ou mudanças indiquem que o valor contábil pode não ser recuperado. A sociedade efetuou o teste de *impairment* em parte de seu ativo, mais precisamente à linha de transmissão 138 Kv, para ajuste do ativo em face ao valor justo e reconheceu os referidos efeitos nessas demonstrações financeiras, conforme evidenciado na nota explicativa nº 10. Para os demais ativos, a Administração procedeu com a revisão da vida útil dos ativos e das premissas requeridas no IAS 36 e nenhum indicador interno ou externo foi identificado. d) Intangível. Refere-se principalmente a software, adquirido de terceiros, cuja amortização é calculada pelo método linear em 5 anos. O valor recuperável do ativo intangível é testado sempre que eventos ou mudanças indiquem que o valor contábil pode não ser recuperado. e) Estoques. Os estoques são registrados com base no custo de aquisição e produção, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. No caso de produtos acabados, o estoque inclui os gastos gerais de fabricação com base na capacidade normal de produção. Os estoques estão valorizados pelo custo médio e os valores contabilizados não excedem o valor realizável líquido, que é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas com vendas. A provisão para obsolescência ou realização é constituída, se necessário, em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização dos seus estoques. f) Redução a valor recuperável *("Impairment")*. i) *Ativos financeiros*. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. ii) Ativos não financeiros. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC"). g) Benefícios a empregados. *Planos de contribuição definida*. Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual a patrocinadora paga contribuições definidas para uma Sociedade multipatrocinada (Fundo de Pensão) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais os serviços são prestados pelos empregados. h) Provisões. Uma provisão deve ser reconhecida quando: (a) a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado; (b) seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios CPC_25 6 econômicos para liquidar a obrigação; e (c) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida. i) Receita. O CPC 47, estabelece um conjunto de medidas e tratamentos a serem aplicados no reconhecimento de receita decorrente de contratos com clientes. De acordo com o pronunciamento, a entidade deve reconhecer a receita quando (ou na proporção que) satisfazer à obrigação de desempenho ao transferir o bem ou o serviço prometido ao cliente. Portanto, com a nova norma, a contabilização da receita passa a ser inteiramente dependente do conceito de obrigação de desempenho. Os cinco passos para o reconhecimento da receita são: Etapa 1 - Identificar o(s) contrato(s) com um cliente; Etapa 2 - Identificar as obrigações de desempenho; Etapa 3 - Determinar o preço da transação, por obrigação de desempenho; Etapa 4 - Alocar o preço de transação às obrigações de desempenho no contrato; Etapa 5 - Reconhecer a receita quando (ou à medida que) a entidade satisfazer uma obrigação de desempenho. j) Receitas e despesas financeiras. As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, que são reconhecidas no resultado, por meio do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida. k) Imposto de renda e contribuição social. O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma Sociedade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. l) Resultado por ação. O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas e a média ponderada das ações em circulação no respectivo período. m) Contas a receber. Referem-se a valores a receber de clientes e estão deduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização. A perda de crédito esperada é estabelecida para reconhecer as perdas prováveis de contas a receber, levando-se em consideração as medidas implementadas para restringir a prestação de serviços a clientes com contas em atraso e para cobrar clientes inadimplentes. A exposição da Sociedade a riscos de crédito e de mercado e perdas por redução ao valor recuperável relacionadas ao 'Contas a receber de clientes', está divulgada na nota explicativa 16 (a). n) CPC 06 - Leases (arrendamentos). No início de um contrato, a Sociedade avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Sociedade aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. A Sociedade reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Sociedade. Geralmente, a Sociedade usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. A Sociedade determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de financiamento com terceiros. o) Outras normas. As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Sociedade: CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato). CPC 27: Ativo Imobilizado. Permitir o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo. CPC 32: Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação. Para arrendamentos e passivos de custos de desmontagem, os ativos e passivos fiscais diferidos associados precisarão ser reconhecidos desde o início do período comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como um ajuste no lucro acumulado ou outros componente do patrimônio naquela data. Para todas as outras transações, as alterações se aplicam a transações que ocorrem após o início do período mais antigo apresentado.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e depósitos à vista	6.259	10.986
Aplicações financeiras	51.515	7.972
	57.774	18.958

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e referem-se substancialmente a Certificados de Depósito Bancários (CDB) com opção de recompra a qualquer instante, operações compromissadas em debêntures, remuneradas a taxas que variam entre 97,5% e 100,5% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 2023 e 2022. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Sociedade possuía depósitos bancários no exterior no valor de R$ 6.168 e R$ 10.932, respectivamente.

5. Contas a receber

	31/12/2023	31/12/2022
No país - partes relacionadas (Nota 12)	44.606	38.779
No exterior - partes relacionadas (Nota 12)	8.999	9.374
No exterior – terceiros	12.036	12.170
No país - terceiros	18.569	11.555
Total do contas à receber bruto	84.210	71.878
Perda de crédito esperada	(740)	(417)
Total do contas à receber líquido	83.470	71.461

O saldo de contas a receber de clientes, segregado por prazo de vencimento encontra-se demonstrado a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
A vencer	43.167	30.772
Vencidas:		
De 01 à 30 dias	33.786	18.377
De 31 à 90 dias	5.852	14.421
De 91 à 180 dias	665	7.116
Acima de 180 dias	740	1.192
Total	84.210	71.878
Prazo médio de recebimento	39	34

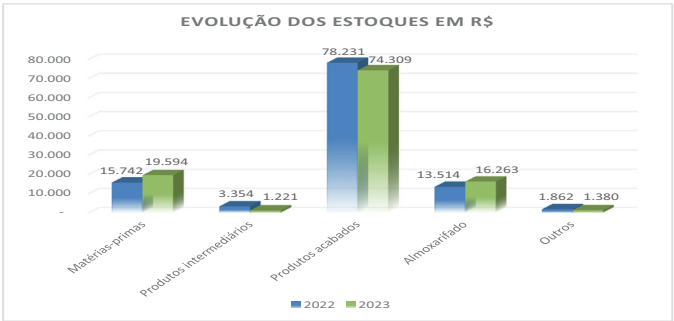
Em 31 de dezembro de 2023, a Sociedade baixou do contas a receber o valor de R$ 305 referente aos títulos para perdas de crédito esperada e constituiu R$ 628 como provisão para perda. A movimentação do saldo da provisão em 2023 e 2022 é como segue:

	Perda de crédito Esperada
Saldo em 1º de janeiro de 2022	417
Baixas	–
Saldo em 31 de dezembro de 2022	417
Adições	628
Baixas	(305)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	740

6. Estoques

	31/12/2023	31/12/2022
Matérias-primas (i)	19.594	15.742
Produtos intermediários	1.221	3.354
Produtos acabados	74.309	78.231
Almoxarifado de partes	16.263	13.514
Outros	1.380	1.862
	112.767	112.703

(i) O saldo em 31 de dezembro de 2023 encontra-se líquido da provisão para perda no valor total de R$738 (R$738 em 31 de Dezembro de 2022), constituída após testes em laboratório constatarem que parte dos estoques de matérias primas encontravam-se inservíveis para utilização.



7. Impostos: a) Impostos a recuperar

	31/12/2023		31/12/2022	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
ICMS (i)	2.658	1.443	10.339	1.046
PIS e COFINS (ii)	20.094	39.269	15.084	57.863
IPI	36	–	64	–
Contribuição social	3.402	–	3.075	–
Imposto de renda	1.323	–	4.172	–
Total	27.513	40.712	32.734	58.909

(i) Em 2023 a FCCSA atuou fortemente nas vendas para o mercado interno o que contribuiu na redução significativa do saldo credor de ICMS em R$2.658 (R$10.339 em 2022). (ii) No dia 13/05/2021, o Supremo Tribunal Federal decidiu de maneira favorável aos contribuintes a respeito da tese da Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, definindo que tal recuperação considerasse desde o dia 15/03/2017. Também ficou pacificado que as empresas que possuíssem ações judiciais antes dessa data poderiam retroagir em 5 anos a partir da data da propositura da ação no levantamento dos créditos de pis e cofins. No dia 29/04/2021, a FCCSA obteve o transito em julgado da ação iniciada em abril de 2008 e desta forma a Sociedade retroagiu sua recuperação fiscal de abril de 2003 até maio de 2021, com o cálculo do crédito apurado sobre o valor destacado nas notas fiscais, totalizando a quantia de R$88.100 em créditos de PIS e COFINS atualizados monetariamente. O valor atualizado em 31 de dezembro de 2023 é de R$39.269 (R$57.863 em 2022). A Sociedade solicitou a homologação de tais créditos junto à Receita Federal em 07/07/2021, sendo o pedido de habilitação do crédito homologado pela Receita Federal no dia 18/08/2021. Adicionalmente, em 22/09/2021 foi impetrado Mandado de Segurança visando garantir que a FCCSA realize o diferimento da tributação dos valores devidos de IRPJ, CSLL, PIS e Cofins incidentes sobre a atualização monetária dos indébitos tributários. Em 26/11/2021 foi deferida a medida liminar para determinar a suspensão da exigibilidade do IRPJ, CSLL e do PIS/COFINS calculados a partir do transito em julgado de decisões ilíquidas proferidas em Mandado de Segurança que reconheçam o direito à recuperação e compensação de indébitos tributários na via administrativa, até a homologação dos pedidos de compensação. Em 2021, o juiz encarregado pelo processo da Sociedade, após manifestação da Receita Federal, deferiu o pedido de antecipação da tutela recursal da Impetrante/Apelante para autorizar a exclusão dos valores da taxa SELIC (juros de mora e correção monetária) incidentes nos créditos tributários federais a serem recuperados (indébitos tributários) da base de cálculo do IRPJ e da CSLL, como requerido e em linha com a decisão do STF. Desta forma, a Sociedade procedeu com a referida exclusão fiscal no valor de R$35.880 em 31 de dezembro de 2021. Em 2022 e 2023, a Sociedade, após realização do seu planejamento tributário junto a seus assessores e especialistas e com vistas ao escoamento mais célere dos créditos de pis e cofins, alterou o seu regime fiscal de tributação, passando do lucro real anual para o lucro real trimestral. b) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos a recolher

	31/12/2023	31/12/2022
Passivo circulante		
Outros impostos e contribuições a recolher	461	461
	461	461
Passivo não circulante		
PIS e COFINS	2.349	1.547

c) Impostos diferidos:O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil, conforme abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda e contribuição social diferida		
Provisão de insumos e outras despesas - adição	78.326	68.169
Provisão para contingências e outros - adição	2.442	1.980
Lucros diferidos e outros - exclusão	(107.506)	(92.819)
Base de cálculo	(26.738)	(22.670)
Imposto de renda/contribuição social diferido ativo (passiva) - alíquota de 34%	(9.091)	(7.708)

Com o mandado de segurança que assegura a Sociedade em tributar o IR/CS do indébito fiscal levantado de período pretérito somente no momento de efetuadas as compensações, procedeu-se na exclusão desse indébito no momento de seu reconhecimento na contabilidade no valor mencionado na Nota Explicativa nº 7 (b) e mensalmente é adicionado para fins fiscais o valor compensado efetivo. Com esse processo, foi provisionado e adicionado para efeitos fiscais o valor para honorários advocatícios com saldos de R$ 3.836 (R$ 5.550 em 2022). d) Reconciliação da alíquota efetiva: A conciliação da alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social é como se segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	121.192	97.734
Alíquota nominal	34,0%	34,0%
	41.205	33.230
Efeitos das diferenças permanentes:		
Incentivos fiscais à cultura e inovação tecnológica	(14.650)	(11.474)
Exclusão atualização monet. Proc. Pis /Cofins	(1.424)	(290)
Outras adições e exclusões permanentes, líquidas (i)	(7.033)	(5.417)
Corrente	(18.457)	(23.395)
Diferido	359	7.346
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(18.098)	(16.049)
Alíquota efetiva	14,9%	16,4%
Saldo de adições temporárias	83.357	94.758
Saldo de exclusões temporárias	(82.299)	(73.154)
	1.058	21.604
Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidas	359	7.346

(i) Adições com preços de transferência, Depreciação ativo direito de uso e Compensação mensal de tributos; Exclusões de Atualização monetária de tributos e pagamentos de contratos de ativo de direito de uso.

8. Outros ativos circulantes

	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamento de férias	212	166
Adiantamento a funcionários	187	22
Impostos antecipados	1.071	702
Adiantamento a fornecedores	6.720	1.085
Despesas antecipadas	1.578	2.507
	9.768	4.482

Os adiantamentos aos fornecedores são efetuados para prestação de serviços ou fornecimento de mercadorias aguardando a emissão da nota fiscal e não possuem característica de longo prazo e não estão sujeitos a perspectiva de perda.

9. Direito de uso

	Direto de Uso
Saldo em 1º de janeiro de 2022	42.034
Adições	15.619
Baixas (ii)	(7.021)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	50.632
Adições (i)	14.649
Baixas (ii)	(43.219)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	22.062
Depreciação	
Saldo em 1º de janeiro de 2022	(26.206)
Depreciação do exercício	(15.761)
Baixas (ii)	5.626
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(36.341)
Depreciação do exercício	(16.976)
Baixas (ii)	35.506
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(17.811)
Valor residual	
Em 31 de dezembro de 2022	14.291
Em 31 de dezembro de 2023	4.251

(i) Novos contratos de transporte. (ii) Baixa nos contratos de transporte de materiais. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. No início de um contrato, uma entidade avalia se o contrato é, ou contém, um arrendamento, se o mesmo prevê o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de um pagamento. Os itens que foram aderentes à norma são: aluguel de computadores e impressoras, frota de veículos e aluguel de espaço físico para armazenamento de produtos. Os prazos contratuais variam de 12 a 36 meses.

10. Imobilizado

	Terrenos e edifícios	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis utensílios, veículos	Obras em andamento	Outros (iii)	Total
Custo						
Saldos em 1º de janeiro de 2022	49.819	313.797	30.342	32.126	1.935	428.019
Adições (i)	–	–	–	24.587	990	25.577
Baixas (ii)	(4)	(3.085)	(244)	–	–	(3.333)
Transferências	1.158	7.228	3.577	(10.516)	(2.547)	(1.100)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	50.973	317.940	33.675	46.197	378	449.163
Adições (i)	–	–	–	42.754	770	43.524
Juros Capitalizados CPC20	–	–	–	992	–	992
Baixas (ii)	(5.081)	(7.898)	(917)	(2.697)	(48)	(16.641)
Transferências para em serviço	3.491	27.344	465	(31.300)	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023	49.383	337.386	33.223	55.946	1.100	477.038
Depreciação						
Saldos em 1º de janeiro de 2022	(20.527)	(277.759)	(21.520)	–	–	(319.806)
Depreciação do exercício	(1.567)	(10.535)	(2.330)	–	–	(14.432)
Baixas	4	3.085	225	–	–	3.314
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(22.090)	(285.209)	(23.625)	–	–	(330.924)
Depreciação do exercício	(1.684)	(10.512)	(2.354)	–	–	(14.550)
Baixas	5.081	7.804	–	–	917	13.802
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(18.693)	(287.917)	(25.979)	–	917	(331.672)
Valor residual contábil						
Em 31 de dezembro de 2022	28.883	32.731	10.050	46.197	378	118.239
Em 31 de dezembro de 2023	30.690	49.469	7.244	55.946	2.017	145.366

(i) As adições se referem as aquisições para o imobilizado em formação, que depois de finalizadas sua construção são transferidos para suas contas definitivas de acordo com sua natureza (maquinas, veículos, móveis e utensílios, etc.) (ii) As baixas são ativos que se encontram inservíveis para uso e, no caso de alienação são vendas de ativos. (iii) Os valores se referem adiantamento de imobilizado, compra de entrega futura e requisições de materiais.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 26/03/2024

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/03/26/FABRICACARIOCA1575094026032024.pdf

Hash:17113794028cdd180b382a40feaebcfb0018429024

FÁBRICA CARIOCA DE CATALISADORES S/A

CNPJ 28.944.734/0001-48

Os projetos em andamento são destinados a renovação da planta, cujos custos de ativação irão incorrer a partir do exercício social de 2024. No ano de 2017, a linha de transmissão 138Kv foi submetido ao teste de *impairment*, de acordo com o CPC 01, por meio do método do valor justo menos despesas de venda e foi constituída a provisão para perdas por redução ao valor recuperável no valor de R$1.162 e no ano de 2018, foi realizada a atualização do teste de *impairment* onde foi registrado um estorno parcial da provisão no valor de R$217. No ano de 2019 foi complementada a provisão no valor de R$13, no ano de 2020 tivemos o estorno parcial de R$170 e no ano de 2021 tivemos o estorno total da provisão no valor de R$788. No ano de 2023 o valor de avaliação de mercado foi maior que o valor contábil, portanto, foi mantido o valor líquido do ativo de R$2.334.

11. Intangível

	Software
Custo	
Saldo em 1º de janeiro de 2022	16.046
Alienações e baixas	(171)
Transferências do imobilizado	1.100
Saldo em 31 de dezembro de 2022	16.975
Alienações e baixas	(7)
Adições	627
Saldo em 31 de dezembro de 2023	17.595
Amortização	
Saldo em 1º de janeiro de 2022	(14.818)
Alienações e baixas	171
Amortização do exercício	(488)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(15.135)
Alienações e baixas	7
Amortização do exercício	(576)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(15.704)
Valor residual contábil	
Em 31 de dezembro de 2022	1.840
Em 31 de dezembro de 2023	1.891

12. Transações entre partes relacionadas: a) As transações entre partes relacionadas são resumidas como se segue

	Contas a receber de clientes	Custo dos produtos vendidos	Receita	Contas a pagar de materiais e serviços	Despesas operacionais
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	44.606	246.752	377.079	11	11
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	–	1.308	4.268	–	–
Albemarle Corporation	8.999	43.083	63.140	–	–
Albemarle Overseas Employment Corporation	–	–	–	238	3.233
Total em 2023	53.605	291.143	444.487	249	3.244
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	38.779	252.257	364.223	367	107
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	–	529	762	–	–
Albemarle Corporation	9.374	79.402	98.359	–	–
Albemarle Overseas Employment Corporation	–	–	–	269	1.588
Total em 2022	48.153	332.188	463.344	636	1.695

As transações com partes relacionadas são efetuadas de forma semelhante às que seriam aplicadas em transações com terceiros. As contas a receber e/ou a receita de vendas com a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, Refinaria de Petróleo Riograndense S.A. e Petrobras Energia S.A referem-se às operações de vendas de catalisadores e aditivos. Estes representam cerca de 59% do faturamento total da Sociedade em 2023 (57% em 2022). No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 as vendas para o acionista Albemarle Corporation representaram 10% (16% em 2022) do montante do faturamento. O contas a pagar de materiais e serviços e/ou os custos de produtos vendidos com as empresas ligadas do acionista Albemarle Corporation referem-se às operações de compra de beneficiamento e insumos secundários que auxiliam indiretamente na produção dos catalisadores e aditivos. b) Remuneração do pessoal-chave da administração: O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores, cuja remuneração paga ou pagar está demonstrada, a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Benefícios de curto prazo	2.405	2.099
Outros benefícios	175	149
	2.580	2.248

13. Fornecedores. Os saldos de fornecedores são compostos conforme abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores nacionais	18.445	23.213
Fornecedores exterior	243	174
	18.688	23.387

No ano de 2023 tivemos redução no saldo de fornecedores em comparação com o ano de 2022, em função da diminuição no volume de compras de insumos ocasionado pela parada na produção, para manutenção dos ativos da fábrica que ocorreu ao final do ano. **14. Empréstimos e financiamentos.** Em 2023, a Sociedade adquiriu um empréstimo na modalidade Adiantamento sobre contrato de câmbio ("ACC) e quatro empréstimos na modalidade NCE, nos valores de R$ 15.219, R$ 10.000, R$ 12.000, R$ 52.000, R$ 30.000 respectivamente, totalizando o montante de R$ 119.219, com taxa de 6,49%a.a. mais variação cambial no caso do ACC e os outros de 109,93% a 113,91% do C.D.I conforme prazo de vencimento. Segue a relação dos empréstimos e sua movimentação:

Modalidade	Banco	USD	R$	Taxa	Data crédito	Vencimento	Saldo em 31/12/2023	Curto Prazo	Longo Prazo
PPE(ACC)	Santander	3.000	15.219	6,49% a.a.	30/03/2023	31/03/2025	15.247	7.624	7.623
NCE - BRL	Santander	–	10.000	111,00% do C.D.I.	27/02/2023	22/02/2024	11.496	11.496	–
NCE - BRL	Itaú	–	12.000	109,93% do C.D.I.	20/04/2023	15/04/2024	13.157	13.157	–
NCE - BRL	Itaú	–	52.000	113,91% do C.D.I.	16/06/2023	22/05/2028	56.040	–	56.040
NCE - BRL	Santander	–	30.000	113,55% do C.D.I.	24/11/2023	24/11/2025	30.469	–	30.469
Risco Sacado	Santander	–	–	até 3% a.m.	–	–	8.552	8.552	–
						Total	134.961	40.829	94.132

Segue abaixo a movimentação dos empréstimos:

	Movimentação
Saldo em 1º de janeiro de 2022	20.466
Empréstimos contratados (captações)	59.260
Juros	3.085
Variação cambial	2.570
(–) Pagamento de principal	(22.612)
(–) Pagamentos de juros	(2.423)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**60.346**
Saldo em 1º de janeiro de 2023	60.346
Empréstimos contratados (captações)	119.219
Juros	11.621
Variação cambial	(783)
(–) Pagamento de principal	(59.059)
(–) Pagamentos de juros	(4.935)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**126.409**

Segue abaixo a movimentação de risco sacado:

	Movimentação
Saldo em 1º de janeiro de 2023	–
Valores Captados	85.049
Juros	2.232
(–) Pagamento de principal	(76.788)
(–) Pagamentos de juros	(2.302)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**8.552**

Tivemos durante o ano de 2023, operações denominadas risco sacado (forfait) junto a fornecedores, com taxas de juros e vencimentos diferenciados conforme a modalidade de contrato. O saldo em 2023 de operações com risco sacado foi de R$ 8.552, em 2022 não tivemos operações com risco sacado. A Companhia, firmou contrato com bancos para estruturar com os seus fornecedores que quisessem e aceitassem a operação de risco sacado, assim conhecida no mercado. Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos das vendas de mercadorias feitas a Companhia aos bancos, sem direito de regresso. Após a realização das operações a Companhia passa a ter os bancos como credores dos títulos cedidos pelos fornecedores com taxa de juros e vencimento diferenciados. Os títulos a pagar relacionados a essas operações são reclassificados das rubricas de fornecedores para a presente rubrica, onde permanecem até sua liquidação. O financiamento, classificado no passivo não circulante, têm seu vencimento assim programado:

	31/12/2023
2025	50.132
2026	8.000
2027	8.000
2028	8.000
2029 a 2031	20.000
	94.132

15. Créditos precatoriais. Os créditos precatoriais decorrem de ação judicial movida pela Sociedade em 08/2017 para reduzir o valor do ICMS cobrado pelo Estado do Rio de Janeiro sobre a energia elétrica consumida pela Sociedade. O objetivo foi garantir que a alíquota do ICMS incidente sobre as faturas de energia da Sociedade (que variava entre 28% e 29%) não fosse superior à alíquota geral do ICMS prevista na legislação estadual, fixada em 18%. A ação judicial também buscou a restituição dos valores do ICMS cobrados a maior nas faturas de energia da Sociedade nos 5 (cinco) anos anteriores ao ajuizamento da ação (retroagindo a 08/2012), bem como os valores exigidos a maior no curso da ação judicial (até 07/2022). Em 26 de setembro de 2022, a Sociedade obteve decisão judicial final favorável para limitar a cobrança do ICMS exigido nas suas contas de energia à alíquota geral (18%); a decisão judicial também determinou a restituição dos valores do ICMS exigidos a maior da Sociedade no período compreendido entre 08/2012 e 07/2022. O Estado do Rio de Janeiro já reconheceu no processo judicial que é devido à Sociedade valor atualizado em 2023 de R$ 19.607(R$ 12.718 de principal e R$ 6.889 de juros). Atualmente o processo se encontra aguardando decisão do juiz para determinar a expedição do precatório dos valores a serem restituídos à Sociedade. Como esses créditos precatoriais possuem um forte deságio diante do mercado onde atuam, a Sociedade buscou com seus assessores jurídicos laudos técnicos que embasassem o cálculo desses precatórios ao valor justo, aplicando um deságio de 45%(R$ 5.723 de principal e R$ 3.100 de juros) conforme demonstrado a seguir :

Valor atualizado	**19.607**
Deságio (45%)	(8.823)
Valor líquido	10.784

16. Provisão para contingências, depósitos judiciais e outros. No curso normal das operações no Brasil, a Sociedade continua exposta a reivindicações legais locais. A política da Sociedade é de contestar rigorosamente tais reivindicações, muitas das quais aparentam ter pouco embasamento no mérito, e gerenciá-las por meio de seus assessores legais terceirizados. A Sociedade reconhece provisão para contingência, quando da existe uma obrigação presente proveniente de eventos passados cuja liquidação resultará em saída de recursos relacionados aos benefícios econômicos. Os processos para os quais a Sociedade reconhece provisão para contingências são os de natureza trabalhista no valor de R$2.442 (R$1.980 em 2022) a movimentação é em virtude do surgimento de novas causas de ex-funcionários. Além disso, são reconhecidos depósitos judiciais para os questionamentos tributários e trabalhistas conforme segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Depósitos judiciais – Tributários (i)	545	6.024
Depósitos judiciais – Trabalhistas	1.441	1.418
Outros	19	19
Total	2.005	7.461

(i) Em 2023, obtivemos êxito nos processos em que a Sociedade era questionada sobre a compensação de tributos referentes aos anos de 2012 e 2023. Com o encerramento das discussões, foi dado o ganho de causa à Sociedade e os depósitos judiciais realizados a época como garantia de causa, foram devolvidos. A abertura das causas possíveis por natureza é demonstrada a seguir:

	Valor Causa		Dep. Judicial	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Contingências trabalhistas	1.293	1.261	–	752
Contingências tributárias	37.956	32.616	207	197
	39.249	33.877	207	949

Em 2023 tivemos o valor de R$37.956 (R$32.616 em 2022) em causas possíveis de natureza tributária. Esse aumento deu-se em virtude da maior probabilidade de questionamentos do fisco com relação aos processos que garantem a Sociedade pagar o IR/CS somente no momento da compensação (disponibilidade econômica). Os principais processos classificados como prováveis e possíveis estão descritos a seguir: • Trabalhistas - essas reclamações judiciais referem-se a reclamações de pagamento de insalubridade e horas extras, dentre outras. • Tributário - a Sociedade legitima contra o governo em relação à taxação considerada inapropriada. Procedimento para a classificação dos passivos jurídicos como perda provável, possível ou remota pelos advogados externos: A Sociedade tem utilizado como critério de análise o valor estimado que está em risco e não o valor total envolvido em cada processo. Excepcionalmente, se houver conhecimento suficiente desde o início que há risco muito alto ou muito baixo de perda, o assessor legal pode classificar a reivindicação como perda provável ou perda remota. Ao classificar a ação com probabilidade de perda provável, o advogado estima o valor em risco para tal afirmação. **17. Instrumentos financeiros.** A Sociedade mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. A Sociedade não possui instrumentos financeiros derivativos e também não efetua aplicações de caráter especulativo, seja derivativo ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Sociedade. Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Sociedade, conforme categorias abaixo:

		31/12/2023	31/12/2022
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	A	57.774	18.958
Contas a receber de clientes	B	83.470	71.461
Passivos			
Fornecedores	A	18.688	23.387

As operações da Sociedade estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos: a) Risco de crédito. Decorre da possibilidade de a Sociedade sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Sociedade adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Sociedade somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*. *Exposição a riscos de crédito.* Risco de crédito é o risco da Sociedade incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Sociedade. Todas as operações da Sociedade são realizadas com instituições financeiras de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos. *Contas a receber e outros recebíveis.* A exposição da Sociedade ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria e do país no qual o cliente opera. A administração acredita que o risco de créditos relacionado ao seu contas a receber é mínimo em função do histórico de sua carteira de clientes e está devidamente refletido na provisão de perdas de créditos esperada. b) Risco de liquidez. Risco de liquidez é o risco de a Sociedade encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Sociedade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Sociedade. Tipicamente, a Sociedade garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período de 30 dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras. Isso exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais. A tabela a seguir indica os períodos em que saldos com fornecedores serão liquidados. Veja também o quadro de maturidade dos empréstimos na Nota Explicativa nº13.

	Valor	2 meses ou menos	2 – 12 meses	1 – 2 anos
Fornecedores	18.688	18.688	–	–

c) Risco de taxas de juros. Decorre da possibilidade de a Sociedade sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Sociedade busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. d) Risco de taxas de câmbio. Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Sociedade para a aquisição de insumos (contas a pagar de materiais de serviço e fornecedores) e a vendas de produtos (contas a receber e receita de vendas). Além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras, a Sociedade tem fluxos operacionais de compras e vendas em outras moedas. A Sociedade avalia permanentemente essas oscilações, procurando renegociar suas dívidas na medida em que essas impactam significativamente seus fluxos financeiros. e) Análise de sensibilidade. Uma apreciação ou depreciação do dólar no saldo de empréstimos e contas a receber em moeda estrangeira teria aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado de acordo com os montantes mostrados abaixo. Esta análise é baseada na variação da taxa de câmbio de moeda estrangeira que a Sociedade considerou ser razoavelmente possível ao final do período de relatório. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de juros, são mantidas constantes, como indicado abaixo, líquidas de efeito tributário:

	2023 Impacto no Patrimônio líquido	2023 Impacto no Resultado do exercício		2022 Impacto no Patrimônio líquido	2022 Impacto no Resultado do exercício
USD (valorização de 5%)	3.278	3.278	USD (valorização de 16%)	4.725	4.725
USD (valorização de 4%)	2.868	2.868	USD (valorização de 14%)	4.134	4.134
USD (desvalorização de 5%)	(3.278)	(3.278)	USD (desvalorização de 16%)	(4.725)	(4.725)
USD (desvalorização de 4%)	(2.868)	(2.868)	USD (desvalorização de 14%)	(4.134)	(4.134)

f) Mensuração dos instrumentos financeiros. Os valores justos referentes aos instrumentos financeiros caixa e equivalentes de caixa, recebíveis, financiamentos e fornecedores são equivalentes aos seus valores contábeis e não sofreriam impactos relevantes oriundos do risco de taxa de juros ou cambial, nos casos aplicáveis. **18. Obrigações com custos industriais e outros.** A Sociedade registra basicamente suas provisões com custos alfandegários de desembaraço e provisões para honorários advocatícios nesta rubrica no montante de R$14.013 em 31 de dezembro de 2023 (R$11.103 em 2022). Em 2023 temos saldo de R$3.836 (R$5.550 em 2022) a título de provisão para honorários advocatícios inerentes ao ganho da ação de exclusão do icms da base de cálculo do pis e da cofins. **19. Contas a pagar de materiais e serviços.** A Sociedade registra basicamente fornecedores não associados diretamente com o processo de produção tanto para materiais quanto para serviços, conforme quadro abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
Materiais	3.980	14.269
Serviços	12.706	11.778
Outros	26	37
	16.712	26.084

20. Passivo de arrendamento. Passivos de arrendamentos são passivos financeiros. No entanto, geralmente serão mensurados em conformidade com a CPC06 e não nos termos Do CPC 48 instrumentos financeiros. Na data de início, o arrendatário deve mensurar o passivo de arrendamento ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados nessa data. Os pagamentos do arrendamento devem ser descontados, utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento, caso haja. Se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, o arrendatário deve utilizar a taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário. Foram considerados aderentes ao CPC 06 os contratos de aluguel de computadores e impressoras, frota de veículos (carros de passeio, ônibus e caminhões), aluguel de espaço físico para armazenagem de produtos. A Sociedade determina sua taxa incremental de desconto (15,65%a.a) para 2023, que é revista anualmente, para cálculo do ajuste a valor presente sob as operações inerentes ao CPC06. Essa taxa foi calculada levando em consideração as características e natureza dos ativos e como se fôssemos ao mercado financeiro contrair um financiamento para adquirir um ativo similiar em condições de uso.

a) Curto prazo

Movimentação	Curto prazo
Saldo em 1º de janeiro de 2022	11.130
Adições de contratos de arrendamento	9.124
Amortizações por pagamentos	(7.987)
Apropriação de Juros - AVP	(2.550)
Baixa por final de contrato	(984)
Baixa juros - AVP	2.103
Saldo em 31 de dezembro de 2022	10.836
Saldo em 1º de janeiro de 2023	10.836
Adições de contratos de arrendamento	12.540
Amortizações por pagamentos	(15.291)
Apropriação de Juros - AVP	(1.683)
Baixa por final de contrato	(6.818)
Baixa juros - AVP	2.866
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**2.450**

b) Longo prazo

Movimentação	Longo prazo
Saldo em 1º de janeiro de 2022	6.184
Adições de contratos de arrendamento	5.954
Transferência para o curto prazo	(9.249)
Baixa por final de contrato	(530)
Apropriação de juros - AVP	(1.959)
Baixa juros - AVP	2.665
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.065
Saldo em 1º de janeiro de 2023	3.065
Adições de contratos de arrendamento	1.629
Transferência para o curto prazo	(3.875)
Baixa por final de contrato	(24)
Apropriação de juros - AVP	(258)
Baixa juros - AVP	327
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**864**

21. Patrimônio líquido: a) Capital social. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o capital social, subscrito e integralizado no valor de R$ 145.000 é representado por 502.144.796 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, dividido da seguinte forma:

		Valor da ação
Albemarle Brazil Holdings Ltda. (50%)	251.072.398	0,2887
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras (50%)	251.072.398	0,2887
	502.144.796	**–**

b) Reserva legal. É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Sociedade não constituiu reserva legal, visto já ter atingido o limite de 20% do capital social. O valor da reserva legal é de R$29.000. c) Dividendos. Os dividendos propostos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram calculados conforme se segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	103.094	81.685
(–) Reserva legal	–	–
Base de cálculo	103.094	81.685
(–)Dividendos propostos pelo mínimo de 25%	–	(20.421)
(–) Pagamento de dividendo antecipado	(27.078)	–
Dividendo adicional proposto	76.016	61.264
Dividendo pago no ano	108.763 (i)	96.610 (ii)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 tivemos antecipação de dividendos referente ao resultado apurado de janeiro e maio de 2023, totalizando o valor de R$ 27.078, deliberado na ata do dia 23/10/2023 e pagos nos dias 30/10 e 18/12 em parcelas iguais e sucessivas. Como os dividendos pagos antecipadamente superaram o dividendo mínimo obrigatório, estes não foram propostos por parte da Adminstração. No ano de 2022, foram calculados dividendos mínimos obrigatórios em R$ 20.421 e não houveram antecipações de dividendos. (i) Os dividendos pagos em 2023 são compostos pelo lucro do ano de 2022 (R$ 81.685) somado ao dividendo antecipado pago no próprio ano de 2023 (R$ 27.078). (ii) Os dividendos pagos no ano de 2022 (R$ 96.610), correspondem a 100% do lucro líquido apurado no ano de 2021. A parcela remanescente do lucro líquido de 2023 no valor de R$76.016 (R$61.264 em 2022) foi classificada no patrimônio líquido, como dividendo adicional proposto, conforme preconizado pelo ICPC 08. Segue abaixo o cálculo do lucro líquido por lote de 1.000 ações:

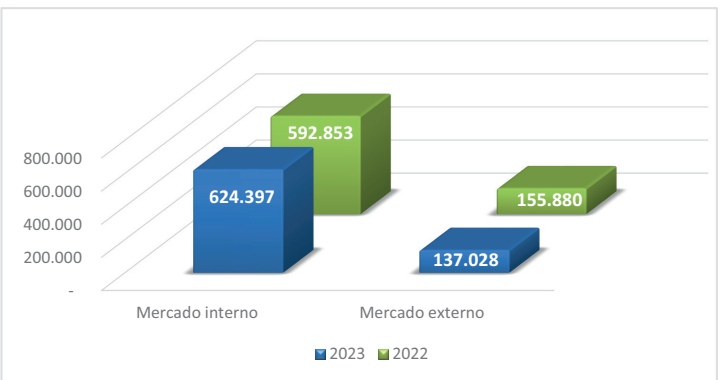
	31/12/2023	31/12/2022
Quantidade de ações	502.145	502.145
Lucro Liquido	103.094	81.685
	205,31	**162,67**

d) Reserva de reinvestimentos. Possui saldo em 2023 de R$30.719 e é destinada ao aumento de capital, pagamento de dividendos ou constituição de uma nova reserva de lucro tanto em 2023 e 2022. e) Outras reservas de lucro. As proposições da destinação do resultado do exercício de 2023, serão submetidas à aprovação pela Assembleia Geral Ordinária a ser realizada até 30 de abril de 2024.

22. Receitas

	31/12/2023	31/12/2022
Vendas brutas de produtos e serviços mercado interno	624.397	592.853
Vendas brutas de produtos e serviços mercado externo	137.028	155.880
	761.425	748.733
Encargos sobre vendas (i)	(121.600)	(115.267)
Receita líquida	**639.825**	**633.466**

(i) Os encargos sobre vendas são os tributos PIS, COFINS, ICMS e IPI que incidem sobre as vendas para o mercado interno. Para o mercado externo não há tributação.



23. Custos e Despesa por natureza

	2023	2022
Insumos e utilidades(i)	316.442	383.539
Gastos com pessoal e benefícios	73.660	57.958
Serviços contratados, fretes e encargos gerais (ii)	99.494	64.341
Depreciação (custo de produção e despesas operacionais)	31.668	30.213
	521.264	536.051
Despesa com pessoal e benefícios	20.202	18.119
Participação nos resultados	9.300	4.107
Serviços contratados (ii)	16.921	12.960
Fretes (iii)	6.666	23.481
Depreciação (não alocada ao custo de produtos vendidos)	14.224	10.995
Despesas com desembaraço aduaneiro	7.222	9.004
Eventos institucionais	1.989	1.017
Despesas legais e tributárias	3.786	2.548
Outros	8.839	6.681
	89.149	88.912
Total de Custo das vendas excluindo as despesas operacionais	432.115	447.139

(i) Os insumos tiveram redução significativa dos seus custos em 2023, principalmente no 1º semestre, devido a acomodação dos preços pós pandemia, gerando uma redução significativa nos custos na linha de insumos/utilidades. (ii) Em 2023, tivemos aumento significativo na linha de serviços profissionais contratados devido principalmente a realização de auditoria de compliance. (iii)Redução significativa no valor dos fretes em relação ao ano de 2022, devido ao menor volume de exportações em 2023, aliada a queda de preços desse serviço durante o decorrer do ano.

24. Outras (despesas) /receitas, líquidas

	2023	2022
Receita na venda de imobilizado	–	183
Receita de aluguéis	876	866
Recuperação de despesas	554	1.450
Outras receitas	679	600
Recuperação de tributos (i)	6.995	304
Icms s/venda de imobilizado	–	(1)
Perdas diversas	(947)	(215)
Valor residual na baixa de direito de uso (CPC06) (ii)	1.473	580
Baixa de imobilizado (Notas 10 e 11)	(95)	(18)
	9.535	**3.749**

(i) Em 2023, foi reconhecido no resultado o valor de R$6.995 a título de créditos com precatórios em virtude do ganho de causa do processo junto ao Estado do RJ, que questionava as alíquotas de Icms cobradas nas contas de energia elétrica. (ii) Em 2023, foi baixado o valor residual de R$1.473 referente ao saldo contratual de ativos com a característica de ativo de direito de uso.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 26/03/2024

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/03/26/FABRICACARIOCA1575094026032024.pdf

Hash:17113794028cdd180b382a40feaebcfb0018429024

FÁBRICA CARIOCA DE CATALISADORES S/A

CNPJ 28.944.734/0001-48

25. Resultado financeiro

	2023	2022
Despesas financeiras		
Despesas com juros (i)	(13.783)	(4.846)
Despesas bancárias e outras	(2.917)	(2.173)
	(16.700)	(7.019)
Receita financeira		
Aplicações financeiras	1.090	1.599
Depósitos Judiciais/Impostos	339	436
Atualização monetária créditos de pis e cofins (ii)	4.189	5.305
Outras (iii)	5.911	1.340
	11.529	8.680

	2023	2022
Variações monetárias, líquidas		
Caixa e equivalentes de caixa	(1.437)	(2.396)
Contas a receber	(2.015)	(2.642)
Fornecedores, contas a pagar	165	54
Empréstimos	1.557	(347)
Outras	(3)	240
	(1.733)	(5.091)
	(6.904)	(3.430)

(i) Fechamos 2023 com o valor de R$13.783 (R$4.846 em 2022) de despesa com juros. Essa despesa é composta de juros com empréstimos e financiamentos bancários, antecipação de recebíveis e juros com ajuste a valor presente. (ii) Em 2021, a Sociedade obteve transito em julgado do processo impetrado no ano de 2008 relativo a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, cujo saldo encontra-se contabilizado na rubrica de impostos a recuperar conforme Nota Explicativa nº 7 de R$39.269 (R$ 57.863 em 2022), sobre o qual foi aplicada correção monetária perfazendo o valor de R$4.189 (R$5.305 em 2022) contabilizado como receita financeira de variação monetária. (iii) No decorrer do ano de 2023, a Sociedade obteve ganho da ação judicial junto ao Estado do RJ, que questionava a alíquota de icms cobrada nas contas de energia elétrica. Com o êxito sobre o Estado, a Sociedade recebeu os créditos em forma de precatórios cuja a correção monetária foi de R$ 3.789.

26. Cobertura de seguros. A Sociedade adota a política de contratar cobertura de seguros para danos materiais e lucros cessantes para riscos de incêndio, queda de raio, explosão, danos elétricos, e de responsabilidade civil por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

	2023	2022
Cobertura de seguro para:		
Danos materiais		
Incêndio, queda de raio e explosão	129.072	126.788
Danos elétricos	17.395	17.088
Lucros cessantes (período indenitário 6 meses)		
Incêndio, queda de raio e explosão	190.187	186.821
Danos elétricos	190.187	186.821
Responsabilidade civil	5.312	5.218

Conselho de Administração

Alexandre Botelho Mata - Presidente
Michael James Simmons - Vice-Presidente
Priscila Perin - Conselheira
Atif Nazir Janjua - Conselheiro

Conselho Fiscal

Sandro Costa - Presidente
Fábio Costa - Conselheiro
Rafael Cavretti Duarte de Oliveira - Conselheiro
Flávia Dias Pelosi - Conselheira

Diretoria

Luiz Eduardo Valente Moreira - Diretor Superintendente
Cid Alves de Carvalho Junior - Diretor
Paulo Saturnino de Moraes - Gerente de Controladoria e Finanças
André Laurentino de Meireles - Contador: CRC-RJ 084437/O-1

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da FÁBRICA CARIOCA DE CATALISADORES S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinaram as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o parecer dos auditores independentes, Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda, datado de 23 de fevereiro de 2024, sem ressalvas, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral dos Acionistas. Rio de janeiro, 15 de março de 2024. Sandro Costa - Presidente; Flávia Dias Pelosi - Conselheira; Rafael Cavretti Duarte de Oliveira - Conselheiro; Fábio Costa - Conselheiro.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos acionistas da **Fábrica Carioca de Catalisadores S.A.. Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Fábrica Carioca de Catalisadores S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidadas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2024.
ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F
Felipe Sant' Anna Vergete
Contador CRC 106842/O-6

Building a better working world

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 26/03/2024

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/03/26/FABRICACARIOCA157509402603 2024.pdf

Hash:17113794028cdd180b382a40feaebcfb0018429024